



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 17 de agosto de 2022

<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Na terça-feira	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>Capital de giro</b> Na terça-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,43% São Paulo	109.718	R\$ 1.212	R\$ 5,140 (+0,96%)	R\$ 5,229	6,76%	13,66%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68
0,71% Nova York	11/8 12/8 15/8 16/8		Últimos 10/agosto 5,085 11/agosto 5,158 12/agosto 5,074 15/agosto 5,092				

## INFRAESTRUTURA

# Poucos grupos na disputa por aeroportos

Sétima rodada de concessões aeroportuárias, marcada para amanhã, na Bolsa de Valores de São Paulo, gera expectativa

» RAPHAEL PATI\*

O Programa de Concessões Aeroportuárias chega à 7ª rodada, marcada para amanhã, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), cercado de dúvidas e expectativas. Entre os terminais que deverão ser leiloados, está o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o segundo mais movimentado do país, e, por isso, o que desperta maior interesse. O terminal integra um bloco do qual fazem parte, ainda, outros 10 aeroportos — Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta-Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Parauapebas (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG) — que serão leiloados em conjunto.

Para obter a concessão do Bloco SP-MS-PA-MG, a empresa interessada deve pagar, no mínimo R\$ 740,1 milhões — o lance inicial do leilão. A duração do contrato é de 30 anos e a expectativa do Ministério da Infraestrutura é que o investimento total nos 11 terminais alcance R\$ 5,8 bilhões ao final do tempo de concessão.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ainda não divulgou quais empresas participarão do leilão. No entanto, de acordo com o jornal *O Globo*, a única empresa que manifestou formalmente interesse no negócio seria a espanhola Aena, que também administra outros seis aeroportos da região Nordeste (Recife, Juazeiro do Norte, João Pessoa, Campina Grande, Aracaju e Maceió).

Fontes indicam também que o banco XP Investimentos, em associação com o grupo francês Egis, deve ser o único a concorrer no leilão do Bloco Aviação Geral, que abrange os aeroportos executivos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ). O Bloco Norte 2, dos terminais comerciais de Belém (PA) e Macapá (AP), também deve ter apenas uma empresa interessada, a francesa Vinci, que opera sete aeroportos na

### Oferta

Veja os terminais que serão leiloados

**Bloco Aviação Geral:** Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ). Investimentos previstos: R\$ 552 milhões. Outorga inicial: R\$ 141,4 milhões.

**Bloco Norte II:** Belém (PA) e Macapá (AP). Investimentos previstos: R\$ 874,7 milhões. Outorga inicial: R\$ 56,9 milhões.

**Bloco SP/MS/PA/MG:** Aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). Investimentos previstos: R\$ 5,8 bilhões. Outorga inicial: R\$ 740,1 milhões.

região Norte e em na Bahia.

Especialistas avaliam que a privatização de aeroportos traz ganhos para as empresas e os usuários do setor. No entanto, no Brasil, o processo tem sido marcado por dificuldades. Leiloado em 2012, o Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), o maior do país em movimentação de cargas, deve ser relicitado, depois que a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, formado por UTC Participações, Triunfo Participações e a francesa Egis, acumulou uma dívida de R\$ 2,88 bilhões e desistiu do negócio. Também devem passar pelo mesmo processo o Aeroporto de Natal, em São Gonçalo do Amarante (RN), e o segundo

Valter Campanato/Agência Brasil



Um dos mais movimentados do país, o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, é o principal terminal oferecido à iniciativa privada

maior terminal do Rio de Janeiro, o Galeão, que foi arrematado em 2014 pela empresa Changi Airport, de Cingapura, por R\$ 19 bilhões.

### Riscos

Empresas tradicionais do setor de infraestrutura no Brasil, como a CCR — maior operadora de aeroportos do Brasil, com 17 terminais — e a Inframérica, que detém o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, decidiram ficar de fora da 7ª Rodada. Segundo analistas, a desistência ocorreu pelo receio de que o negócio possa apresentar certos riscos, devido às dificuldades da retomada econômica no Brasil e à tensão global gerada pelo

conflito entre Rússia e Ucrânia. Ao todo, os 15 aeroportos que serão leiloados nesta quinta-feira atendem a 15,8% de todo o tráfego doméstico anual de passageiros.

### Concessão aguardada

Congonhas, localizado na zona sul de São Paulo, é, atualmente o segundo aeroporto mais movimentado do país. No entanto, más gestões da Infraero, empresa estatal que detém o terminal, têm gerado críticas de especialistas, que acreditam na privatização como forma de melhorar a operação.

De acordo com o edital do leilão, futuro concessionário deverá investir cerca de R\$ 3,3

bilhões, somente no aeroporto paulistano. Entre as mudanças previstas, encontram-se a expansão do pátio de aviões, aumento do terminal de passageiros e construção de novas salas de embarque, esteiras de restituição de bagagem, pontes de embarque e áreas de check-in. A expectativa é de que, após a concessão, a movimentação do aeroporto seja ampliada para transportar cerca de 30 milhões de passageiros por ano.

O professor do Insper e especialista em projetos de infraestrutura, Eduardo Padilha, acredita que as privatizações de aeroportos no país geraram efeitos benéficos ao setor aeroportuário. Ele cita exemplos bem sucedidos de privatizações,

como o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, gerido pela CCR, e o Aeroporto de Brasília Juscelino Kubitschek, controlado pela Inframérica desde 2012. “O setor privado tem uma noção melhor para investir e maximizar a eficiência dos aeroportos”, avalia.

Para o especialista no setor aéreo e professor de economia na USP Gilson Garófalo, a privatização de aeroportos, além de ser benéfica, é necessária. “Ela desburocratiza qualquer providência que tenha que ser tomada relativamente à ocupação desses aeroportos e facilita a contratação de pessoal para poder atuar em diversos segmentos de serviço que o aeroporto é composto”, explicou.

## Itaipu vai ajudar a segurar tarifas

» JOÃO GABRIEL FREITAS\*

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o repasse de R\$ 947,7 milhões da Itaipu Binacional para 10 distribuidoras a fim de minimizar o impacto dos reajustes tarifários aos consumidores em 2022. O montante sairá do saldo de comercialização da Usina de Itaipu, maior geradora de energia do Brasil. O valor foi estipulado conforme a variação cambial positiva da conta de comercialização, já que toda a energia gerada por Itaipu é calculada em dólares.

Somente poderão ser beneficiadas empresas localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que façam parte da distribuição de energia fornecida por Itaipu. As quantias deverão ser aplicadas às tarifas de cinco empresas que já passaram por reajustes tarifários neste ano em parcela única. O critério de

seleção adotado foi beneficiar as distribuidoras que tiveram reajustes com percentual acima de 10% — RGE, Energisa Minas Gerais, Energisa Sul Sudeste, Celesc e a Enel São Paulo.

Para outras cinco distribuidoras, Elektro, DCELT, Enel Goiás, CPFL Piratininga e Dmed, os valores serão calculados nos processos tarifários nos respectivos aniversários contratuais. No caso da Enel Goiás a data estipulada é 22 de outubro. Segundo a Aneel, os recursos serão alocados de acordo com cálculos realizados pela área técnica da agência.

A diretoria decidiu que a Neenergia Brasília não teria direito ao repasse, visto que, em 2021, o uso dos recursos ultrapassou o limite individual estabelecido para o biênio 2021-2022, de 2,54%.

Para as distribuidoras que já tiveram os seus reajustes autorizados neste ano e para o

Reprodução/Internet



### Recursos poderão ser usados para cobrir créditos nas contas de luz

grupo que tem correção em agosto, a transferência dos recursos se dará em prazo de 10 dias, a contar da publicação da resolução da Aneel. No caso das distribuidoras que ainda não passaram pelo processo tarifário, a transferência vai ocorrer na data do reajuste.

Com a privatização da Eletrobras, caberá à Empresa Brasileira

de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) ser responsável pela conta. Pelas regras, o saldo positivo pode ser destinado em benefício dos consumidores, na forma, por exemplo, de crédito nas faturas de energia.

\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Leilão cancelado

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério de Minas e Energia (MME) cancelou o leilão de energia nova A6 devido à falta de demanda por parte das distribuidoras de energia. O comunicado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi feito junto com o envio de proposta de preços-teto para o certame A-5, que está mantido. Chama-se a energia de “nova” por ser contratada de usinas que ainda serão construídas, e a sigla A-6 significa que as usinas vencedoras do leilão deveriam começar a operar em seis anos.

O leilão contraria projetos de geração eólica, hidrelétrica e termelétrica para fornecimento a partir de 1º de janeiro de 2028. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o leilão tinha cadastrados 722 projetos, a maior parte de gás natural.

O horizonte de seis anos à

frente representa um período de incertezas grandes para as concessionárias. “O leilão é um instrumento de contratação competitiva, mas ele é feito com uma antecedência muito grande, os contratos são muito longos, e ainda há a incerteza da inflação. É uma série de desafios que, na prática, acabam revelando que a gente tem, hoje, um custo de energia caro, e uma parte dessa onerosidade parte das empresas geradoras”, avaliou Diogo Lisboa, economista e pesquisador do Centro de Estudos e Regulação em Infraestrutura, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ceri).

Segundo o governo, o cancelamento é consequência de diversas medidas em curso, como a proposta de abertura do mercado livre de energia, que vem se expandindo, diminuindo a necessidade de leilões de energia cativa. “Embora haja oferta de projetos, não há demanda para contratação no ambiente regulado”, informou o MME, em nota.

O leilão A-5 ainda será realizado em 16 de setembro. O edital será publicado no *Diário Oficial da União* desta quarta-feira.